



CERTIDÃO

ANABELA BALEIZÃO CATALUNA, Técnica Superior, na qualidade de Secretária do Órgão Deliberativo, nomeada por despacho do presidente da Câmara, datado de 17 de outubro de 2017

CERTIFICA que, para os devidos efeitos, da ata número dois, respeitante à sessão ordinária da Assembleia Municipal de Serpa, realizada no dia 28 de fevereiro de 2019, em que se registaram as presenças indicadas em anexo a esta certidão, consta a seguinte deliberação:

1

PERU – PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA

Sobre este assunto, foi analisada, na reunião da Câmara Municipal de 20 de fevereiro, a seguinte informação emitida pela Divisão de Cultura e Património, datada de 12 do corrente mês de fevereiro:

«Na sequência da aprovação do projeto de PERU pela câmara municipal em reunião realizada a 14 de novembro de 2018, do decurso da discussão pública e da receção do parecer do IHRU, a presente informação tem por objetivo propor a aprovação da versão final do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) do Centro Histórico de Serpa – adiante designado somente por PERU -, através das seguintes etapas conforme dispõe o artigo 17º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pela Lei 32/2012, de 14 de agosto:

- 1) Aprovação pela Assembleia Municipal, sob proposta da câmara municipal;
- 2) Publicação no Diário da República + Envio para IHRU.

ANTECEDENTES:

Foi rececionado o parecer do IHRU, através do ofício n.º 807959 de 13.12.2018, tal como previsto no n.º 3 do artigo 17º do RJRU, o qual conclui com teor *“favorável ao projeto Operação Reabilitação Urbana Sistemática a executar na Área de Reabilitação do Centro Histórico de Serpa, com uma nova delimitação que se aprova em simultâneo, que abrange uma área de cerca de 4,8 ha, tendo em consideração a necessidade de se criarem condições para a promoção das medidas necessárias à reabilitação das áreas urbanas que dela careçam.”*

O período de Discussão Pública, com início no 5.º dia útil posterior à publicação do referido Aviso em Diário da República e com a duração de 20 dias úteis, decorreu entre os dias 13 de dezembro de 2018 e 11 de janeiro de 2019, dando cumprimento ao disposto no RJIGT.

A abertura do período de Discussão Pública do projeto de PERU foi aprovada em Reunião de Câmara, realizada a 14 de novembro de 2018, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 17º do RJRU, conjugado com o artigo 89.º do RJIGT. Tendo em vista cumprir os procedimentos legais e promover o envolvimento de todos os cidadãos neste processo, o início do período de Discussão Pública e o respetivo modo de participação foram publicitados das seguintes formas:

- Publicação em Diário da República, através do Aviso n.º 18230/2018, 2.ª série – N.º 236 – 7 de dezembro de 2018;
- Publicitação na comunicação social, através do Diário do Alentejo n.º 1912 de 14.12.2018;
- Divulgação na página da internet da Câmara Municipal de Serpa (www.cm-serpa.pt), em “Urbanismo”, “Planos de Ordenamento do Território” e em “ARU”.

Durante o período de Discussão Pública, não foi rececionada qualquer observação, reclamação ou sugestão relativas aos elementos disponibilizados de três formas, concretamente:

- Presencialmente, dirigindo-se ao Atendimento situado nos Paços do Concelho entre as 9.00h e as 16.00h dos dias úteis;



- Através de correio eletrónico para culturapatrimonio@cm-serpa.pt;
- Via CTT para Praça da República, 7830-389 Serpa.

Não obstante, em sede de ponderação interna foram detetadas necessidades de efetuar correções ou ajustamentos, tendo resultado o documento em anexo que inclui as seguintes alterações:

- Correções em alguma nomenclatura e na atualização dos valores dos projetos de investimento municipal;
- Oportunidade de alargamento do âmbito legislativo nacional através da previsão de um "Regulamento Municipal de Incentivos à Reabilitação Urbana - RMIRU" com integração de um quadro de incentivos mais favoráveis que o Município de Serpa se compromete a disponibilizar, de natureza fiscal (IMI e IMT) e tributária (taxas administrativas de operações urbanísticas), com vista a fomentar a reabilitação do parque edificado em Áreas de Reabilitação Urbana.

Refira-se que o RMIRU será brevemente submetido a auscultação pública e aprovação pelos órgãos municipais competentes, tendo em vista a sua entrada em vigor em paralelo às ações de divulgação do PERU e medidas organizacionais tendo em vista operacionalizar a carteira de incentivos junto aos beneficiários.

Em conclusão, considera-se que o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) do Centro Histórico de Serpa está em condições de ser submetido a aprovação pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 17º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pela Lei 32/2012, de 14 de agosto.

EM ANEXO:

- Versão final do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) do Centro Histórico de Serpa;

- Parecer favorável do IHRU através do ofício n.º 807959 de 13.12.2018.» -----

❖ Deliberação

Face ao exposto, e nos termos do n.º 1 do artigo 17º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pela Lei 32/2012, de 14 de agosto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Serpa.» -----

🏗️ Deliberação

A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 17º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pela Lei 32/2012, de 14 de agosto, deliberou, por unanimidade, aprovar o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Serpa, o qual consta de pasta anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante.

.....
Está conforme o original. -----
Serpa, 14 de março de 2019 -----

A TÉCNICA SUPERIOR

ANABELA BALEIZÃO CATALUNA



Handwritten signature

PRESENÇAS

João Francisco Efigénio Palma
Noel Ricardo Estevens Farinho
Francisco António Monteiro da Cruz
Manuel Pimenta Morgado Baiôa
Telma Cristina Cardoso Saião Silva
Maria José Afonso Borralho
Isabel Maria Sevinate Espinho
Duarte Nuno Pereira Lobo
João Manuel Pereira dos Santos
José Augusto Moreira, em substituição e Florbela da Luz Teixeira Pires
Sílvia Maria Franco Murta, em substituição de António Carlos Silva Ribeiro de Carvalho
Ana Luísa Ramos Travessa
Daniel Abraços Veiga
José Manuel Batista Galanducho, em substituição de Raquel de Jesus Saragoça Ventura
Ana Cristina Godinho Camilo
João Francisco dos Santos Batista
Ana Sofia Valente dos Santos, em substituição de José Miguel Martins Braga
Francisco Parelho Mira Galego
Mário José Malveiro Apolinário, em substituição de António Racha Cubaixo
Natércia de Jesus Guerreiro Valente
António Lúcio Franco Travessa, Presidente da Junta de Freguesia de Brinches
Bento José Santana Godinho, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde de Ficalho
José António Malveiro Monteiro, Presidente da União de Freguesias de Serpa (Salvador e Santa Maria)
António Fernando Limpo Moita, Presidente da Junta de Freguesia de Pias
Maria Manuela Martins Valente, Presidente da União de Freguesias de Vila Nova de S.Bento e Vale de Vargo

3

FALTAS

José António Aboim Madeira